

## Apontamentos para uma conversa

**Pierre-Joseph Proudhon.**  
**“O princípio do governo e do direito”**  
in *Proudhon*. Orgs. Paulo- Edgar A. Resende e  
Edson Passetti. Editora: Ática. São Paulo, 1986.

### O PRINCÍPIO DO GOVERNO E DO DIREITO

A propriedade é impossível; a igualdade não existe. A primeira nos é detestável, e nós a queremos; a segunda domina todos nossos pensamentos, e não sabemos realizá-la. Quem nos explicará esse antagonismo profundo entre nossa consciência e nossa vontade? Quem mostrará as causas desse erro funesto, que se tornou o princípio mais sagrado da justiça e da sociedade?

Ouso tentar e espero conseguir.

Mas, antes de explicar como o homem violou a justiça, é necessário determiná-la.

[...] A tarefa do verdadeiro publicista, no tempo em que vivemos, é impor silêncio aos inventores e charlatães e habituar o público a não se contentar senão com demonstrações, e não com símbolos e programas. Antes de discorrer sobre ciência, é necessário determinar-lhe o objeto, encontrar-lhe o método e o princípio: é necessário livrá-la dos preconceitos que a encobrem. Tal deve ser a missão do século XIX.

Quanto a mim, faço juramento: serei fiel à minha obra de demolição, não cessarei de perseguir a verdade através das ruínas e escombros. [...]

Embora a destruição do erro suponha necessariamente uma verdade

contrária, não terminarei esta memória sem ter resolvido o primeiro problema da ciência política, aquele que hoje preocupa todas as inteligências:

*Abolida a propriedade, qual será a forma da sociedade? Será a comunidade?*

[...]

§ 1º. – Das causas de nossos erros: origem da propriedade

[...] O homem, por sua natureza e instinto, está predestinado à sociedade, e sua personalidade, sempre inconstante e multiforme, se opõe a isto.

Nas sociedades dos animais, todos os indivíduos fazem exatamente as mesmas coisas: um mesmo gênio os dirige, uma mesma vontade os anima. Uma sociedade de animais é um conjunto de átomos redondos, curvos, cúbicos ou triangulares, mas sempre perfeitamente idênticos; sua personalidade é unânime, diríamos que um só *eu* governa a todos. [...]

Mas a inteligência do homem, calculada ao mesmo tempo para o destino social e para as necessidades da pessoa, é de uma outra tessitura, e é isso que faz, por uma consequência fácil de conceber, a vontade humana prodigiosamente divergente. Na abelha, a vontade é constante e uniforme, porque o instinto que a guia é inflexível e porque esse instinto único faz a vida, a felicidade e o ser do animal; no homem, o talento varia, a razão é indecisa e, por conseguinte, a vontade, múltipla e vaga: ele procura a sociedade, mas foge do constrangimento e da monotonia; é imitador, mas amante de suas ideias e louco por suas obras.

[...]

Mas o homem só se torna capaz à força de observações e de experiências. Ele reflete, já que observar, experimentar, é refletir; raciocina, já que não pode deixar de fazê-lo, e, refletindo, se ilude, raciocinando, se engana e acredita ter razão, obstina-se, sente em demasia, estima a si próprio e menospreza os outros. A partir desse momento, ele se isola, pois não

poderia submeter-se à maioria senão renunciando à sua vontade e à sua razão, quer dizer, renegando a si próprio, o que é impossível. Esse isolamento, esse egoísmo racional, enfim, esse individualismo de opinião, duram enquanto a verdade não lhe é demonstrada pela observação e pela experiência.

[...]

O mal moral — isto é, na questão que nos ocupa, a desordem na sociedade — se explica naturalmente por nossa faculdade de refletir. O pauperismo, os crimes, as revoltas, as guerras, tiveram por mãe a desigualdade de condições, filha da propriedade, nascida do egoísmo, gerada pelo senso privado, descendente em linha direta da autocracia da razão. O homem não começou nem pelo crime, nem pela selvageria, mas pela infância, a ignorância e inexperiência. Dotado de instintos imperiosos, mas colocados sob o controle da razão, no princípio ele reflete pouco e raciocina mal; depois, à força das desilusões, suas ideias pouco a pouco se articulam e sua razão se aperfeiçoa. [...]

O homem nasceu sociável, isto é, ele procura em todas as suas relações a igualdade e a justiça; mas ele ama a independência e o elogio; a dificuldade de satisfazer essas necessidades diversas ao mesmo tempo é a primeira causa do despotismo da vontade e da apropriação que a ela segue. Por outro lado, o homem tem continuamente necessidade de intercambiar seus produtos; incapaz de fazer equivaler valores sob espécies diferentes, contenta-se em julgá-los por aproximação, segundo a sua paixão e capricho; e entrega-se a um comércio infiel, cujo resultado é sempre a opulência e a miséria. Assim, os maiores males da humanidade lhe vêm da sociabilidade mal exercida, dessa mesma justiça à qual ela é tão fiel, e que aplica com uma ignorância tão deplorável. A prática do que é justo é uma ciência cuja descoberta e propagação acabarão cedo ou tarde com a desordem social, ao nos esclarecer sobre nossos direitos e deveres.

Essa educação progressiva e dolorosa de nosso instinto, essa lenta e insensível transformação de nossas percepções espontâneas em conhecimentos, produtos da reflexão, não se observa entre os animais, cujo instinto permanece fixo e jamais sujeito à reflexão.

[...]

A inteligência adquirida pelos animais não lhes modifica nunca as operações do instinto que realizam; ela só lhes serve para prevenir acidentes imprevistos que podem perturbar essas operações. No homem, ao contrário, a ação instintiva se transforma continuamente em ação refletida. Assim, o homem é sociável por instinto, e cada dia se torna mais, por raciocínio e por escolha: no princípio, ele criou sua palavra de instinto<sup>1</sup>, foi poeta por inspiração; faz hoje da gramática uma ciência e da poesia uma arte; acredita em Deus e em uma vida futura, por uma noção espontânea e a que ousou chamar instintiva; e essa noção, ele a expressou alternadamente sob formas monstruosas, bizarras, elegantes, consoladoras ou terríveis; todos esses cultos diversos, de que a frívola impiedade do século XVIII zombou, são as línguas que o sentimento religioso falou; um dia o homem explicará a si mesmo o que é esse

---

<sup>1</sup> “O problema da origem da linguagem está resolvido pela distinção que Frédéric Cuvier faz entre o instinto e a inteligência. A linguagem não é de maneira alguma uma invenção premeditada, arbitrária ou convencional; não nos vem de Deus nem por comunicação, nem por revelação: a linguagem é uma criação instintiva e não-deliberada do homem, como a colmeia é uma criação instintiva e não-refletida da abelha. Nesse sentido, pode-se dizer que a linguagem não é obra do homem, pois não é produto de sua razão; também o mecanismo das línguas, onde a reflexão contribui com uma parte mínima, parece mais admirável e engenhoso. Esse fato é um dos mais curiosos e dos menos contestáveis que a filologia tem observado. Ver, entre outras, uma dissertação latina de F. G. Bergman, Strasbourg, 1839, na qual o sábio autor explica como o germe fonético se engendra a partir da sensação; como a linguagem se desenvolve em três períodos sucessivos; por que o homem, dotado ao nascer de faculdade instintiva de criar sua língua, perde essa faculdade à medida que sua razão se desenvolve; como, enfim, o estudo das línguas é uma verdadeira história natural, uma ciência. A França possui hoje vários filólogos de primeira ordem, de um talento raro, de uma filosofia profunda; sábios modestos, criando a ciência sem o conhecimento do público, e cujo devotamento a estudos vergonhosamente desdenhados parecem afastar os aplausos com tanto cuidado quanto os outros procuram”.

Deus, que pensamento busca, o que pode esperar desse outro mundo ao qual sua alma aspira.

De tudo que se realiza por instinto, o homem não faz caso e menospreza, ou se admira: é como se não fosse seu, é como se fosse obra da natureza; daí o esquecimento que cobre os nomes dos primeiros inventores: daí nossa indiferença para com a religião, e o ridículo em que caíram suas práticas. O homem só estima os produtos da reflexão ou do raciocínio. As obras mais admiráveis do instinto não passam, perante seus olhos, de felizes *achados*; ele dá o nome de *descobertas*, eu quase disse de criações, às obras da inteligência. É o instinto que produz as paixões e o entusiasmo; é a inteligência que faz o crime e a virtude.

Para desenvolver sua inteligência, o homem não aproveita somente suas próprias observações, mas ainda as dos outros; mantém o registro das experiências, conserva anais; de sorte que há progresso da inteligência, nas pessoas e na espécie. Entre os animais, não se faz nenhuma transmissão de conhecimentos; as lembranças de cada indivíduo desaparecem com ele.

Seria, então, insuficiente dizer que o que nos distingue dos animais é a reflexão, se não entendêssemos por isso a *tendência constante de nosso instinto a tornar-se inteligência*. [...]

Assim o mal, ou seja, o erro e suas consequências é o primogênito do cruzamento de duas faculdades antagônicas — o instinto e a reflexão; o bem, ou a verdade, deve ser o segundo e inevitável fruto. Para dar continuidade à imagem, o mal é o produto de um incesto entre duas potências contrárias; o bem será, cedo ou tarde, o filho legítimo de sua santa e misteriosa união.

A propriedade, nascida da faculdade de raciocinar, fortifica-se através de comparações. Mas, assim como a reflexão e o raciocínio são posteriores à espontaneidade, a observação à sensação, a experiência ao

instinto, do mesmo modo a propriedade é posterior à comunidade. A comunidade, ou associação de modo simples, é o objetivo necessário, o impulso primordial da sociabilidade, o movimento espontâneo pelo qual se manifesta e se estabelece: é, para o homem, a primeira fase da civilização. Nesse estado de sociedade, a que os juristas chamaram *comunidade negativa*, o homem aproxima-se do homem, reparte com ele os frutos da terra, o leite e a carne dos animais; pouco a pouco essa comunidade, de negativa que é enquanto o homem não produz nada, tende a tornar-se positiva e engrenada pelo desenvolvimento do trabalho e da indústria. Mas é então que a autonomia do pensamento e a terrível faculdade de raciocinar sobre o melhor e o pior ensinam ao homem que, se a igualdade é a condição necessária da sociedade, a comunidade é a primeira espécie de servidão.

Para dar a tudo isso uma forma hegeliana, eu diria:

A comunidade, primeiro modo, primeira determinação da sociabilidade, é o primeiro termo do desenvolvimento social, a *tese*; a propriedade, expressão contraditória da comunidade, é o segundo termo, a *antítese*. Resta descobrir o terceiro termo, a *síntese*, e teremos a solução pedida. Ora, essa síntese resulta necessariamente da correção da tese pela antítese; portanto, é necessário, para um último exame de suas características, eliminar o que elas contêm de hostil à sociabilidade; as duas formarão, ao se reunirem, o verdadeiro modo de associação humanitária.

## § 2º. - Caracteres da comunidade e da propriedade

Não devo dissimular que, fora da propriedade ou da comunidade, ninguém concebeu sociedade possível: esse erro, para sempre deplorável, originou a propriedade. [...]

Os membros de uma comunidade, é verdade, nada têm de próprio; mas a comunidade é proprietária, e proprietária não somente dos bens, mas das pessoas e das vontades. É segundo esse princípio de propriedade soberana

que, em toda comunidade, o trabalho, que só deve ser para o homem uma condição imposta pela natureza, se torna um comando humano, por isso mesmo detestável. Que a obediência passiva, inconciliável com uma vontade reflexiva, é rigorosamente prescrita; que a fidelidade aos regulamentos, sempre defeituosos, por mais sábios que pareçam, não sofre nenhuma reclamação; que a vida, o talento, todas as faculdades do homem são propriedades do Estado, que tem direito de delas fazer, para o interesse geral, o uso que lhe aprouver; que as sociedades particulares devem ser severamente proibidas, apesar de todas as simpatias e antipatias de talentos e caracteres, porque tolerá-las seria introduzir pequenas comunidades na grande, e, por consequência, propriedades; que o forte deve fazer a tarefa do fraco, ainda que esse dever seja de generosidade, não de obrigação, de conselho, não de preceito; o diligente, a do preguiçoso, ainda que isso seja injusto; o hábil, a do idiota, ainda que isso seja absurdo: que o homem, enfim, despojando seu eu, sua espontaneidade, seu gênio, suas afeições deve se exterminar humildemente diante da majestade e inflexibilidade da comuna.

A comunidade é desigualdade, mas no sentido inverso da propriedade. A propriedade é a exploração do fraco pelo forte; a comunidade é a exploração do forte pelo fraco. Na propriedade, a desigualdade de condições resulta da força, qualquer que seja o nome sob o qual a designemos: força física e intelectual; força dos acontecimentos, do acaso, da *fortuna*; força da propriedade adquirida etc. Na comunidade, a desigualdade origina-se da mediocridade do talento e do trabalho, sendo tão glorificada quanto a força. Essa equação injuriosa revolta a consciência e faz os que têm mérito murmurarem, pois, se pode ser o dever do forte socorrer o fraco, ele o faz por generosidade, sem que admita a comparação. Que sejam iguais em condições de trabalho e de salário, mas que nunca a suposição recíproca de infidelidade à tarefa comum desperte o ciúme.

[...]

Assim, a comunidade viola tanto a autonomia da consciência quanto a igualdade: a primeira, ao refrear a espontaneidade do espírito e do coração, o livre-arbítrio na ação e no pensamento; a segunda, ao recompensar com igualdade de bem-estar o trabalho e a preguiça, o talento e a estupidez, o próprio vício e virtude. De resto, se é impossível adquirir a propriedade pela emulação, a comunidade se constituirá pela emulação da preguiça.

II. A propriedade, por sua vez, viola a igualdade pelo direito de exclusão de *aubaine* e o livre-arbítrio pelo despotismo. [...]

O roubo se pratica por uma infinidade de meios, que os legisladores muito habilmente se distinguiram e classificaram segundo seu grau de atrocidade ou mérito, a fim de que em alguns casos o roubo fosse honrado e, em outros, punido.

Rouba-se: 1.º) assassinando na via pública; 2.º) sozinho ou em bando; 3.º) por arrombamento ou assalto; 4.º) por desvio; 5.º) por falência fraudulenta; 6.º) por falsificação de documentos públicos ou privados; 7.º) por fabricação de moeda falsa.

Essa espécie de roubo compreende todos os ladrões que exercem a profissão sem outra ajuda que a força e a fraude declarada: bandidos, salteadores, piratas, corsários da terra ou do mar [...].

Rouba-se 8.º) por trapaça; 9.º) calote; 10.º) por abuso de confiança; 11.º) nos jogos e loterias.

[...]

Rouba-se: 12.º) por usura.

[...]

Rouba-se: 13.º) por constituição de rendas, aluguel, arrendamento de terras.

[...]

Rouba-se: 14.º) pelo comércio, quando benefício do comerciante ultrapassa o salário legítimo de sua função.

[...]

Rouba-se: 15.º) beneficiando seu produto, aceitando uma sinecura, cobrando grande honorários.

[...]

Em resumo:

A justiça, no ocaso da comunidade negativa, chamada pelos antigos poetas de *Idade do Ouro*, começou por ser o direito da força. Em uma sociedade que procura sua organização, a desigualdade das faculdades desperta a ideia de mérito; a equidade sugere o desejo de proporcionar não só a estima, mas ainda os bens materiais ao mérito pessoal; e, como o primeiro e quase único mérito reconhecido é, então, a força física, é o mais forte, *aristos*, que, sendo por isso mesmo o que tem mais mérito, o melhor, tem direito à melhor parte; e se lhe recusam, naturalmente ele se apodera dela. Daí a atribuir-se o direito de propriedade sobre todas as coisas é apenas um passo.

[...]

Do direito da força derivaram a exploração do homem pelo homem, ou, dizendo de outro modo, a servidão, a usura ou o tributo imposto pelo vencedor ao inimigo vencido, e toda essa família tão numerosa de impostos, gabelas, regalias, corvéis, talhas<sup>2</sup>, rendas de uma herdade, alugueis etc. etc.; em uma palavra, a propriedade.

Ao direito da força sucedeu-se o direito da astúcia, segunda manifestação da justiça; direito detestado pelos heróis, que com ele nada brilhavam e perdiam muito. É ainda a força, mas transportada da ordem das faculdades corporais para a das faculdades psíquicas. [...]

Do direito da astúcia sobreviveram os benefícios da indústria, do comércio e do banco; as fraudes mercantis, as pretensões de tudo aquilo

---

<sup>2</sup> Imposto que se cobrava antigamente aos plebeus (N. da T.)

que adornamos com os belos nomes de *talento* e *gênio*, e que deveriam ser encarados como o mais alto grau da patifaria e da ganância; enfim, todas as espécies de desigualdades sociais.

No roubo, tal como as leis o proíbem, a força e a astúcia são empregadas abertamente; no roubo autorizado, se disfarçam sob uma utilidade produtiva, da qual se servem como um engenho para lograr sua vítima.

O uso direto da violência e da astúcia foi em boa hora e unanimemente repellido; nenhuma nação conseguiu se livrar do roubo quando unido ao talento, ao trabalho e à posse. Daí todas as incertezas da casuística e as inumeráveis contradições da jurisprudência.

[...]

O desenvolvimento do direito, em suas diversas expressões, seguiu a mesma gradação que a propriedade em suas formas, por toda parte vemos a justiça perseguir o roubo e restringi-lo a limites cada vez mais estreitos. Até o presente, as conquistas do justo sobre o injusto, do igual sobre o desigual, foram executadas pelo instinto, e unicamente pela força das coisas; mas o último triunfo de nossa sociabilidade se deverá à nossa reflexão senão recairemos num outro caos feudal: essa glória está reservada à nossa inteligência, ou esse abismo de miséria à nossa indignidade.

O segundo efeito da propriedade é o despotismo.

O homem, vivendo naturalmente em sociedade, segue também naturalmente um chefe. No princípio esse chefe era o pai, o patriarca, o ancião, ou seja, o homem de valor, o sábio, cujas funções, por consequência, são todas de reflexão e inteligência. A espécie humana, assim como outras raças de animais sociais, tem seus instintos, suas faculdades inatas, suas ideias gerais, suas categorias de sentimento e de razão: os chefes, legisladores ou reis nunca inventaram, supuseram ou imaginaram nada; apenas guiaram a sociedade segundo sua experiência adquirida, mas sempre sujeitando-se às opiniões e crenças.

[...]

A origem espontânea, instintiva, e, por assim dizer, fisiológica da realeza lhe deu, no começo, um caráter sobre-humano; os povos a relacionavam aos deuses, de quem, diziam, descendiam os primeiros reis: daí as genealogias divinas das famílias reais, as encarnações dos deuses, as fábulas messiânicas; daí as doutrinas de direito divino, que conservam ainda tão singulares defensores.

A realeza foi de início eletiva porque, numa época em que o homem produz pouco e não possui nada, a propriedade é demasiado fraca para dar a ideia de hereditariedade e para garantir aos filhos a realeza de seus pais; na ocasião em que se desbravaram os campos e construíram cidades, cada função foi, como todas as demais coisas, apropriada; daí as realezas e sacerdócios hereditários; daí a hereditariedade levada até as profissões mais comuns, circunstância que deu origem às distinções de castas, ao orgulho de posição, à desonra de ser plebe, e que confirma o que eu já disse do princípio de sucessão patrimonial, que é um modo indicado pela natureza para prover as funções disponíveis e terminar uma obra inacabada.

De tempos em tempos a ambição fez surgir usurpadores, *suplantadores* de reis, o que deu ocasião a se chamarem uns de reis de direito, reis legítimos, e outros de *tiranos*. Mas não nos sujeitemos aos nomes: houve reis abomináveis e tiranos bem suportáveis. Toda realeza pode ser boa quando é a única forma possível de governo; legítima não é nunca. Nem a hereditariedade, nem a eleição, nem o sufrágio universal, nem a excelência do soberano, nem a consagração da religião e do tempo fazem a realeza legítima. Sob qualquer forma que se manifeste, monárquica, oligárquica, democrática, a realeza, ou o governo do homem pelo homem, é ilegal e absurda.

O homem, para chegar à mais rápida e perfeita satisfação de suas necessidades, procura a *regra*: no começo, essa regra é para ele viva,

visível e tangível; é seu pai, seu professor, seu rei. Quanto mais ignorante é o homem maior é a sua obediência, mais absoluta é a confiança em seu guia. Mas o homem — cuja lei é se conformar à regra, quer dizer, descobri-la pela reflexão e raciocínio —, o homem raciocina sobre as ordens dos seus chefes; ora, tal raciocínio é um protesto contra a autoridade, um começo de desobediência. A partir do momento em que o homem procura as causas da vontade soberana, desse momento em diante o homem se revolta. Se ele já não obedece porque o rei comanda, e sim porque o rei prova, pode-se afirmar que, daí em diante, ele não reconhecerá mais nenhuma autoridade e fará de si mesmo seu próprio rei. Infeliz de quem ousar conduzi-lo, e só lhe oferecer, por sansão de suas leis, o respeito de uma maioria, pois, cedo ou tarde, a minoria se fará maioria e esse déspota imprudente será derrubado e todas as suas leis abolidas.

[...]

Até então tudo se passa de maneira instintiva, e, por assim dizer, independente das partes: mas vejamos o termo fatal desse movimento.

À força de se instruir e adquirir ideias, o homem acaba por adquirir a ideia de *ciência*, quer dizer, a ideia de um sistema de conhecimento conforme a realidade das coisas e deduzida da observação. Ele procura então a ciência ou o sistema dos corpos brutos, o sistema dos corpos organizados, o sistema do espírito humano, o sistema do mundo: como deixaria de procurar o sistema da sociedade? Mas, chegando a esse termo, compreende que a verdade ou a ciência política é uma coisa completamente independente da vontade soberana, da opinião das majorias e das crenças populares; que reis, ministros, magistrados e povos, enquanto vontades, não são nada para a ciência e não merecem nenhuma consideração. Compreende do mesmo modo que, se o homem nasceu sociável, a autoridade de seu pai acaba no dia em que, estando sua razão formada e sua educação feita, ele se torna seu associado; que

o seu verdadeiro chefe e rei é a verdade demonstrada, que a política é uma ciência, não uma trapaça; e que a função do legislador se reduz, em última análise, à procura metódica da verdade.

Assim, numa dada sociedade, a autoridade do homem sobre o homem está em razão inversa ao desenvolvimento intelectual que essa sociedade alcançou, e a duração provável dessa autoridade pode ser calculada pelo desejo mais ou menos geral de um verdadeiro governo, quer dizer, de um governo segundo a ciência. E, assim, como o direito da força e o direito da astúcia se limitam diante da determinação cada vez maior da justiça e devem acabar por se extinguir na igualdade, do mesmo modo a soberania da vontade cede diante da soberania da razão e acabará se aniquilando em um socialismo científico. A propriedade e a realeza estão em demolição desde o começo do mundo; assim como o homem procura justiça na igualdade, a sociedade procura ordem na anarquia.

*Anarquia*, ausência de mestre, de soberano<sup>3</sup>, tal é a forma de governo do qual nos aproximamos todos os dias e que o hábito inveterado de tomar o homem por regra e sua vontade por lei nos faz olhar como o cúmulo da desordem e a expressão do caos. [...]

Tudo o que é matéria de legislação e de política é objeto de ciência, não de opinião: o *poder legislativo* só compete à razão, metodicamente reconhecida e demonstrada. Atribuir a um poder qualquer o direito de *veto* e de sanção é o cúmulo da tirania. Justiça e legalidade são duas coisas tão independentes de nosso consentimento quando a verdade matemática. Para serem obrigatórias, basta-lhes serem conhecidas; para serem vistas, pedem a meditação e o estudo. O que é então o povo, se ele não é soberano, se não é dele que provém o poder legislativo? O povo é o guardião da lei, o povo é o *poder executivo*. Todo cidadão pode afirmar: “Isso é verdade; aquilo é justo”; mas sua convicção só o

---

<sup>3</sup> O sentido ordinariamente atribuído à palavra anarquia é ausência de princípio, ausência de regra; daí alguns a considerarem sinônimo de *desordem*.

obriga a si próprio: para que a verdade que ele proclama se torne lei, é necessário que seja reconhecida. Ora, o que é reconhecer uma lei? É verificar uma operação matemática ou de metafísica; é repetir uma experiência, observar um fenômeno, constatar um fato. Só a nação tem o direito de dizer: “Mandamos e ordenamos”.

[...] De resto, não vejo que perigo correria a liberdade dos cidadãos, se, em vez da pena do legislador, a espada da lei lhes fosse colocada nas mãos. Pertencendo essencialmente à vontade, o poder executivo não pode ser confiado a muitos mandatários: aí está a verdadeira soberania do povo<sup>4</sup>. O proprietário, o ladrão, o herói, o soberanos – pois todos estes substantivos são sinônimos – impõe sua vontade por lei e não sofre contradição ou controle, isto é, pretende ser poder legislativo e executivo ao mesmo tempo. Também a substituição da lei científica e verdadeira pela vontade real não se conclui sem uma luta terrível, e essa substituição incessante é realmente, depois da propriedade, o elemento mais poderoso da história, a causa mais fecunda dos movimentos políticos. Os exemplos são demasiados numerosos e evidentes para que eu me detenha na sua enumeração.

A propriedade engendra necessariamente o despotismo, o governo do capricho, o reino de uma vontade libidinosa: isso é de tal maneira parte da essência da propriedade, que basta, para nos convenceremos disso, lembrar

---

<sup>4</sup> Se semelhantes ideias penetrassem alguma vez o espírito humano, seria por intermédio do governo representativo e da tirania dos tribunos. Outrora, a ciência, o pensamento, a palavra eram confundidos numa mesma expressão; para designar um homem forte de pensamentos e de saber, dizia-se “um homem pronto a falar e poderoso no discurso”. Há muito tempo a palavra foi separada, por abstração, da ciência e da razão; pouco a pouco, essa abstração se realizou, como dizem os lógicos, na sociedade; de tal modo que temos hoje *sábios* de várias espécies que não falam nada, e oradores, que nem mesmo são sábios na ciência da palavra. Assim um filósofo não é mais um sábio; é um falador. Um legislador, um poeta foram outrora homens profundos e divinos: hoje são oradores. Um orador é um timbre sonoro, a quem o menor choque faz produzir um som interminável; no orador, o fluxo do discurso está sempre na razão direta da pobreza do pensamento. Os oradores governam o mundo; eles nos ensurdecem, nos importunam, nos roubam, sugam nosso sangue e riem de nós; quanto aos sábios, eles se calam: se querem dizer uma palavra, cortam-lhes a palavra. Que eles escrevam, então.

o que ela é e o que se passa à nossa volta. A propriedade é um direito de *usar* e *abusar*. Se, portanto, o governo é economia, se tem como único objeto a produção e o consumo, a distribuição dos trabalhos e produtos, como ele é possível com a propriedade? Se os bens são propriedades, os proprietários são reis, e reis despóticos, reis em proporção das suas faculdades de ganância. E se cada proprietário é majestade soberana na esfera de sua propriedade, rei inviolável em toda a extensão de seu domínio, como um governo de proprietários não seria um caos e uma confusão?

### § 3º. - Determinação da terceira forma social. Conclusão.

Logo, nada de governo, nada de economia pública, nenhuma administração é possível tendo a propriedade como base.

A comunidade procura a *igualdade* e a *lei*: a propriedade, nascida da autonomia da razão e do sentimento de mérito pessoal, quer acima de tudo a *independência* e a *proporcionalidade*.

Mas a comunidade, tomando a uniformidade como lei e o nivelamento como igualdade, torna-se tirânica e injusta: a propriedade, por seu despotismo e suas usurpações, logo se mostra opressiva e insociável.

O que a propriedade e a comunidade querem é bom, o que produzem é ruim. Por quê? Porque as duas são exclusivas e desconhecem, cada uma por seu lado, dois elementos da sociedade. A comunidade repele a independência e a proporcionalidade; a propriedade não satisfaz igualdade e a lei.

Ora, se concebemos uma sociedade fundada sobre estes quatro princípios — igualdade, lei, independência, proporcionalidade — encontramos:

1.º) que a igualdade, consistindo somente na *igualdade de condições*, isto é, de *meios*, não na *igualdade de bem-estar*, que deve ser a obra do trabalhador com meios iguais, não viola em caso algum a justiça e a equidade;

2.º) que a *lei*, resultando da ciência dos fatos, se apoiando, por

consequência, sobre a própria necessidade, nunca entra em choque com a independência;

3.º) que a *independência* de cada um indivíduo, ou autonomia da razão privada, derivando da diferença dos talentos e das capacidades, pode existir sem perigo nos limites da lei;

4.º) que a *proporcionalidade*, sendo admitida apenas na esfera da inteligência e do sentimento, não na das coisas físicas, pode ser observada sem violar a justiça ou a igualdade social.

Essa terceira forma de sociedade, síntese da comunidade e da propriedade, nós a nomearemos *liberdade*<sup>5</sup>.

Para determinar a liberdade, não teremos êxito se não discernirmos a propriedade da comunidade, caso contrário, cairíamos num ecletismo absurdo. Procuramos, por um método analítico, o que cada uma delas contém de verdadeiro, de conformidade com o voto da natureza e com as leis da sociabilidade, eliminamos o que elas contêm de elementos estranhos; e o resultado dá uma expressão adequada à forma natural da sociedade humana, em uma palavra, a liberdade.

A liberdade é igualdade, porque a liberdade só existe no estado social, e fora da igualdade não há sociedade.

A liberdade é anarquia, porque não admite o governo da vontade, mas somente a autoridade da lei, isto é, da necessidade.

A liberdade é uma variação infinita, porque respeita todas as vontades, no limite das leis.

A liberdade é proporcionalidade, porque entrega toda latitude à ambição do mérito e à emulação da glória.

Podemos dizer agora, a exemplo de M. Cousin: “Nosso princípio é verdadeiro; é bom, é social; não temos deduzir dele todas as consequências”.

---

<sup>5</sup> *Libertas, liberare, libratio, libra*, liberdade, livrar, libertação, balança (livre): expressões cuja etimologia parece comum. A liberdade é o equilíbrio dos direitos e dos deveres: tornar um homem livre é igualá-lo aos outros, isto é, colocá-lo no mesmo nível dos outros.

A *sociabilidade* no homem, tornando-se *justiça* por reflexão, *equidade* por entrelaçamento de capacidades, tendo por fórmula a *liberdade*, é o verdadeiro fundamento da moral, o princípio e a regra de todas as nossas ações. Ela é esse movimento universal que a filosofia procura, que a religião fortifica, que o egoísmo suplanta, que a razão pura nunca substitui. O *dever* e o *direito* nascem em nós da *necessidade*, que, se a considerarmos em relação com seres exteriores, é *direito*, e, em relação a nós mesmos, é *dever*.

É uma necessidade comer e dormir; é um direito nosso procurar as coisas necessárias ao sono e à alimentação; é um dever usá-las quando a natureza pede.

É uma necessidade trabalhar para viver: é um direito, é um dever.

É uma necessidade amar sua mulher e seus filhos: é um dever protegê-los e sustenta-los, é um direito ser amado preferivelmente a qualquer outro. A fidelidade conjugal é justiça, o adultério é um crime de lesa-sociedade.

É uma necessidade trocar nossos produtos com outros produtos: é um direito que esta troca seja feita com equivalência, e, como consumimos antes de produzir, seria um dever, se isso dependesse de nós, que nosso último produto seguisse o último consumo. O suicídio é uma falência fraudulenta.

É uma necessidade cumprir nossa tarefa segundo as luzes de nossa razão: é um direito manter nosso livre-arbítrio, é um dever respeitar o dos outros.

É uma necessidade ser apreciado por nossos semelhantes; é um dever merecer seus elogios, é um direito ser julgado através de nossas obras.

A liberdade não é contrária aos direitos de sucessão e de testamento: ela se contenta em velar para que a igualdade não seja violada. Optem, nos dizem, entre duas heranças, nunca acumulem. Toda legislação que diz respeito às transmissões, substituições, adoções e, se ousar dizer esta palavra, às *coadjutorias*, deve ser refeita.

A liberdade favorece a emulação e não a destrói: na igualdade social a emulação consiste na garantia de condições iguais, sua recompensa está em si própria: ninguém sofre com a vitória.

A liberdade aplaude o devotamento e honra com seus sufrágios, mas pode passar sem ele. A justiça basta ao equilíbrio social; a devoção é sub-rogação. Feliz, entretanto, aquele que pode dizer: “Eu me devoto” <sup>6</sup>.

A liberdade é essencialmente organizadora: para assegurar a igualdade entre os homens, o equilíbrio entre as nações, é necessário que a agricultura e a indústria, os centros de instrução, de comércio e de negócios sejam distribuídos segundo as condições geográficas e climáticas de cada país, segundo a espécie dos produtos, o caráter e o talento natural dos habitantes etc., em proporções tão justas, tão sábias, tão bem combinadas, que nunca apresentem em nenhum lugar excesso nem falta de população, consumo e produto. Aí começa a ciência do direito público e do direito privado, a verdadeira economia política. Cabe aos juriconsultos, livres de hoje em diante do falso princípio da propriedade, descrever novas leis e pacificar o mundo. A ciência e o gênio não lhes faltam; o ponto de apoio lhes foi dado<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Em uma publicação mensal cujo primeiro número aparece sob o nome *L'Egalitaire*, coloca-se a abnegação como princípio de igualdade: isso significa confundir todas as noções. A abnegação por si própria supõe a maior desigualdade; procurar a igualdade na abnegação é confessar que a igualdade é contra a natureza. A igualdade deve ser estabelecida sobre a justiça, o direito estrito, sobre princípios invocados pelo próprio proprietário, senão ela nunca existirá. A abnegação é superior à justiça, não pode ser imposta por lei, porque sua natureza é ser sem recompensa. Certo, desejar-se-ia que todos reconhecessem a necessidade da abnegação, e o pensamento do *L'Egalitaire* seria um exemplo muito bom; infelizmente, ele não leva a nada. O que responder, entretanto, a um homem que lhe diga: “Não quero abnegar-me”? É preciso obrigá-lo? Quando o devotamento é forçado, chama-se opressão, servidão, exploração do homem pelo homem. Foi assim que os proletários se abnegaram à propriedade.

<sup>7</sup> De todos os socialistas modernos, os discípulos de Fourier me pareceram durante muito tempo os mais avançados e quase os únicos dignos desse nome. Se eles tivessem compreendido sua tarefa – falar ao povo, provocar simpatias, calar-se sobre o que eles não entendiam; se eles tivessem pretensões menos orgulhosas e mostrado mais respeito pela razão pública, talvez a reforma tivesse, graças a eles, começado. Mas como, se esses reformadores tão determinados estão sempre de joelhos diante do poder e da

Completei a obra que me propus; a propriedade foi vencida; ela não se erguerá nunca mais. Em todos os lugares onde for lido e comunicado este discurso, será deixado um germe de morte para a propriedade: cedo ou tarde desaparecerão o privilégio e a servidão; e ao despotismo da vontade sucederá o reino da razão. Que sofismas, com efeito, que obstinação de preconceitos resistiriam diante da simplicidade das seguintes proposições:

I. A *posse* individual<sup>8</sup> é a condição da vida social; cinco mil anos de propriedade o demonstram: a *propriedade* é o suicídio da sociedade. A posse está no direito; a propriedade é contra o direito. Suprimam a propriedade conservando a posse; e, por essa única modificação no princípio, mudarão tudo nas leis, governo, economia, instituições: banirão o mal da Terra.

II. Sendo o direito de ocupação igual para todos, a posse varia de acordo com o número de possuidores; a propriedade não pode se formar.

III. Sendo o efeito do trabalho também o mesmo para todos, a propriedade se perde pela exploração alheia e pelo arrendamento.

---

opulência, quer dizer, diante do que existe de mais anti-reformista? Como, em um século de raciocínio, eles não compreenderam que o mundo quer ser convertido através da *razão demonstrativa*, não com mitos e alegorias? Como, adversários implacáveis da civilização, emprestam-lhe o que ela produziu de mais funesto: propriedade, desigualdade de fortuna e de classes, ambição, concubinato, prostituição – o que mais posso dizer? — teurgia, magia e feitiçaria? Por que essas intermináveis declamações contra a moral, a metafísica, a psicologia, quando o abuso dessas ciências, das quais não entendem nada, faz todo seu sistema? Por que essa mania de divinizar o homem cujo principal mérito foi disparatar sobre uma porção de coisas que só conhece de nome, na linguagem mais estranha? Aquele que admite a infalibilidade de um homem torna-se por isso incapaz de instruir os outros; aquele que abnega sua razão logo abolirá o livre-exame. Os falansterianos não cometeriam faltas se fossem os mestres. Que se dignem enfim raciocinar, que procedam com método, que nos façam demonstrações, não revelações, e nós os escutaremos com todo prazer; depois, que organizem a indústria, a agricultura, o comércio; que tornem o trabalho atraente, honráveis as funções mais humildes, e nós os aplaudiremos. Sobretudo que se desfaçam desse iluminismo que lhes dá um ar de impostores e enganadores, e não de crentes e apóstolos.

<sup>8</sup> A posse individual não é um obstáculo à grande cultura e à unidade de exploração. Se não falei dos inconvenientes da divisão é que acreditei inútil repetir mais uma vez o que deve ser para todo mundo uma verdade adquirida. Mas estou surpreso que os economistas, que ressaltaram tão bem as misérias da pequena cultura, não tenham visto que o seu princípio se encontra na propriedade, e sobretudo que o seu projeto de mobilizar o solo é um começo da abolição da propriedade.

IV. Resultando todo trabalho humano necessariamente de uma força coletiva, toda propriedade, pela mesma razão, torna-se coletiva e indivisível: em termos mais precisos, o trabalho destrói a propriedade.

V. Sendo toda capacidade trabalhadora, assim como todo instrumento de trabalho, um capital acumulado, uma propriedade coletiva, a desigualdade de tratamento e de fortuna, sob pretexto de desigualdade de capacidade, é injustiça e roubo.

VI. O comércio tem por condições necessárias a liberdade dos contratantes e a equivalência dos produtos trocados; ora, tendo o valor por expressão a soma do tempo e da despesa que custa cada produto, e sendo a liberdade inviolável, os trabalhadores continuam necessariamente iguais em salário, como são em direitos e deveres.

VII. Os produtos só são comprados por produtos; ora, sendo a condição de toda troca a equivalência de produtos, o benefício é impossível e injusto. Observem esse princípio da economia mais elementar, e o pauperismo, o luxo, a opressão, o vício o crime, juntamente com a fome, desaparecerão dentre nós.

VIII. Os homens são associados pela lei física e matemática da produção antes de o serem pelo seu pleno acordo; então, a igualdade de condições é de justiça, quer dizer, de direito social, de direito estrito; a estima, a amizade, o reconhecimento, a admiração são apenas de direito *equitativo e proporcional*.

IX. A livre-associação, a liberdade, que se limita a manter a igualdade nos meios de produção e a equivalência nas trocas, é a única forma de sociedade possível, justa e verdadeira.

X. A política é a ciência da liberdade: o governo do homem pelo homem, sob qualquer nome que ele se dissimule, é opressão; a maior perfeição da sociedade se encontra na união da ordem com a anarquia.

O fim da antiga civilização chegou; sob um novo sol, a face da Terra vai se renovar. Deixemos uma geração se acabar, deixemos morrerem no

deserto os velhos prevaricadores: a terra santa não cobrirá seus ossos. Jovem, se a corrupção do século o deixa indignado e o zelo da justiça o devora, se a pátria lhe é cara e se o interesse pela humanidade o toca, ouse abraçar a causa da liberdade; renuncie a seu velho egoísmo, mergulhe na onda popular da igualdade que nasce; aí sua alma ganhará uma seiva e um vigor desconhecidos; seu gênio enfraquecido encontrará uma energia indomável; seu coração, desanimado, rejuvenescerá. Tudo mudará de aspecto a seus olhos puros: novos sentimentos farão nascer novas ideias; religião, moral, poesia, arte, linguagem, aparecerão sob uma forma maior e mais bela; e, daqui em diante, certo de sua fé, entusiasta com reflexão, você saudará a aurora da regeneração universal.

E vocês, tristes vítimas de uma lei odiosa, a quem um mundo zombador despoja e ultraja, cujo trabalho foi sempre sem fruto e sem esperança de descanso, consolem-se: suas lágrimas estão contadas. Os pais semearam na aflição, os filhos ceifarão na alegria.

Oh, Deus da liberdade! Deus da igualdade! Deus que colocaste em meu coração o sentimento da justiça antes que minha razão a compreendesse, escuta meu ardente pedido. Foste tu que me ditaste tudo o que acabo de escrever. Formate meu pensamento, dirigiste meu estudo, encheste meu espírito de curiosidade e meu coração de sentimentos para que eu publicasse tua verdade diante do senhor e do escravo. Falei com a força e talento que me deste; cabe a ti acabar tua obra. Sabes se eu procuro meu interesse ou tua glória, oh, Deus da liberdade! Pereça minha memória, e que a humanidade seja livre; que eu veja na minha obscuridade o povo, enfim, instruído, que nobres instrutores o esclareçam; que corações desinteressados o guiem. Abrevia, se é possível, o tempo de nossa provação; sufoca na igualdade o orgulho e a avareza; destrói a idolatria da glória que nos retém na abjeção; ensina a essas pobres crianças que no seio da liberdade não há mais nem heróis, nem grandes homens. Inspira ao poderoso, ao rico, àquele cujo nome meus lábios

nunca pronunciaram diante de ti, o horror de suas rapinas; que ele seja o primeiro a pedir para ser admitido na restituição, e que só a prontidão de seu remorso o faça ser absolvido. Então, grandes e pequenos, sábios e ignorantes, ricos e pobres se unirão em uma fraternidade inefável; e todos juntos, cantando um novo hino, reconstruirão teu altar, Deus da liberdade e da igualdade!

Reproduzido de PROUDHON, P.-J. Exposition psychologique de l'idée de jute et d'injuste et détermination du principe du gouvernement et du droit (excertos). In *Qu'est-ce que...*, cit., cap. 3, p. 175, 195, 196, 197, 198, 198-9, 200-1, 201-2, 203-4, 205, 206, 207, 208, 208, 209-10, 210, 210-1, 212, 213, 214-5, 215-6, 217, 217-25.

Tradução de Célia Gambini